



ATO DE APRENDER: INDIVIDUAL OU COLETIVO, COGNITIVO OU MORAL?

Maristela Trentini¹
Maria Alice Bampi²

Resumo: Este artigo tem o propósito de realizar um diálogo entre o ato de aprender individual ou coletivo, cognitivo ou moral. Para tanto, foi necessário pesquisar sobre definições do ato de aprender, quando ele se dá individualmente, coletivamente? Em que momento o cognitivo e o moral se entrelaçam ou se afastam. Dessa forma, apresentamos e fundamentamos nas teorias desenvolvidas por Jean Piaget e Jorge Visca, idealizadas na busca incessante de mudanças significativas e urgentes no trabalho de intervenção psicopedagógica para estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem. Essa discussão teve como base os estudos de PAPALIA (1981), PIAGET (2005), TROCMÉ-FABRE (2010), VISCA (1987) A metodologia adota foi estudo de caso com um menino de 12 anos. As análises de dados podem considerar que: O processo de aprendizagem pode ser prazeroso, eficaz e positivo, mas, por outro lado, o inverso pode ocorrer, e o aprender torna-se uma dificuldade e um desprazer.

Palavras-chave: Aprender; indivíduo; coletivo; cognitivo; moral.

Introdução

Este artigo tem o propósito primeiramente de descrever fatos do estágio clínico supervisionado de um aluno que apresentava dificuldade de aprendizagem, menino com 12 anos que segundo a mãe não aprendia. A partir das queixas apresentadas pela família, iniciamos os atendimentos e a avaliação referente às dificuldades relatadas pela família. O tema abordado neste artigo refere às situações surgidas ao longo dos atendimentos psicopedagógicos e a indagação referente o ato de aprender. Mas quando esse ato aparentemente não acontece, a pergunta que surge, é: O que não aprende? Baseado nesta pergunta fundamentou-se nas teorias desenvolvidas por Jean Piaget e

¹ Pedagoga, acadêmica de Pós- graduação em Psicopedagogia Clínica- ICEP.

² Professora Mestre em Psicopedagogia, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, e na construção do presente artigo. - ICEP

Jorge Visca. Pesquisando as autoras Hélène Trocmé- Fabre e Weiss, onde a primeira sugere sete etapas do saber-aprender e a segunda sugere o uso de situações lúdicas centradas na aprendizagem. Estes autores nos possibilitam compreender o funcionamento dos processos cognitivos e afetivos sociais em suas interferências mútuas, no Modelo de Aprendizagem. Da mesma forma outras pesquisas apontam sobre psicologia e educação moral. É precisamente pela aprendizagem que o ser humano se constrói, por isso em muitos momentos o papel do psicopedagogo é tão importante, ele busca junto com seu aluno construir uma nova possibilidade de aprendizado e de conquistas. Na ideia de Jean Piaget, ele afirma que o despertar da sensibilidade moral nas crianças e os desenvolvimentos de valores morais são um processo racional que coincide com o desenvolvimento cognitivo. Sob esta óptica, às crianças não podem fazer julgamentos morais enquanto não atingirem certo nível de maturidade cognitiva, o que acarreta o abandono do pensar egocêntrico. Elas atingem esta maturidade cognitiva em parte através do processo normal de maturação, mas principalmente em consequência da interação com seus pares e com adultos.

Desenvolvimento

Indagações sobre o ato de aprender foram surgindo ao longo dos atendimentos. Dessa indagação surgiu a necessidade de discutirmos mais sobre esse assunto com a orientadora e com o colega que acompanhava as sessões. Questionamento como: Se o ato de aprender é individual ou coletivo? Que fatores podem interferir para que o mesmo torne-se viável ou não? De que forma o sujeito que aprende se integra a esse processo?

A lógica do ser vivo, da evolução e da exigência de um sistema vivo que se auto estrutura segundo a biologia e as novas descobertas da neurociência permitem discernir o ato de aprender como uma função da evolução e do desenvolvimento. A autora Hélène Trocmé- Fabre sugere sete etapas do saber-aprender seguindo a sua ordem: Descobrir nosso potencial sensorial, contextualizar; reconhecer as leis da Natureza e, em particular, a complexidade, respeitar a lógica do vivente; organizar, conectar, associar, selecionar, classificar; auto estruturar-se, construir-se, criar sentido, ancorar; escolher e, por conseguinte, engajar-se, decidir; inovar e, por conseguinte, criar,

Revista GepeVida 2017

imaginar, diferenciar; trocar, interagir, entrar em reciprocidade. (Hélène Trocmé- Fabre, 2006, p.24)

As reflexões mostraram caminhos que nos fizeram entender como o ato de aprender e como o sujeito que aprende era compreendido. Percebemos, então, que o ato de aprender estava marcado pela aquisição do conteúdo, pela aprendizagem adquirida com vistas ao produto, ao resultado final. Não sendo levando em conta a noção de processo de possibilidades de desenvolver habilidades e atitudes as quais permitiriam condições de uma aprendizagem mais efetiva e construtiva.

Assim sendo, para entender melhor e trazer à tona a discussão sobre o ato de aprender e o sujeito que aprende, consideramos importante falar sobre o processo de aprendizagem, os fatores internos e externos que nele interferem, sobre a importância do estabelecimento do vínculo do sujeito com a aprendizagem, e, considerar o ato de aprender na perspectiva do cognitivo, do social, do moral, do cultural, do afetivo/emocional.

Na avaliação realizada baseamos nas teorias desenvolvidas por Jean Piaget e Jorge Visca, idealizadas na busca incessante de mudanças significativas e urgentes do trabalho de intervenção psicopedagógico. Os passos serão descritos abaixo.

De acordo com (Visca, 1987) a Epistemologia Convergente procura compreender a contribuição dos aspectos afetivos, cognitivos e do meio sócio educacional, no processo da aprendizagem do indivíduo e as possíveis dificuldades apresentadas, tendo como base, a integração dos conhecimentos da psicologia genética, da psicanálise e da psicologia social. A articulação entre as dimensões afetivas e cognitivas do indivíduo só se completam no estabelecimento da relação contínua dessas dimensões com o meio onde o indivíduo vive, formando uma unidade, um sistema com características únicas. Partindo desse pressuposto a visão psicopedagógica salienta que para aprender são necessárias as seguintes condições: afetivas para se vincular a ele, criativas para colocá-lo em prática e associativas para socializá-los, para que a aprendizagem e prazer possam fazer parte da mesma unidade, a integração do próprio aprendiz e a interdisciplinaridade são condições essenciais.

A utilização dos jogos enfatiza e estabelece uma forma de atividade lúdica do ser humano, no sentido de entreter e de educar ao mesmo tempo. “Segundo Piaget (1975), por meio do jogo a criança assimila o mundo para atender seus desejos e

fantasias. O jogo segue uma evolução que se inicia com os exercícios funcionais, continua no desenvolvimento dos jogos simbólicos, evolui no sentido dos jogos de construção para se aproximar, gradativamente, dos jogos de regras, que dão origem à lógica operatória. Segundo o autor, nos jogos de regras existe algo mais que a simples diversão e interação, pois eles revelam uma lógica diferente da racional”.

Não basta o domínio teórico e sim seu exercício metateórico, profissional com uma percepção refinadamente seletiva e crítica. A capacidade de juntar e processar saberes, na medida do caso, fazendo um amplo recorte da aprendizagem humana, observando os aspectos que conduzem ao fracasso escolar e podem ser detectados por meio do diagnóstico psicopedagógico. Lembrando que o respeito constante e a busca da singularidade conduzida na direção positiva criará possibilidade de mudança significativa que permitirá o crescimento constante das características individuais, de mudanças na singularidade de cada um, respeitando o que é do próprio sujeito, o que pertence à família, o que pertence à escola e o que pertence à sociedade. (Weiss, 2012, p.18)

Na busca do diagnóstico utilizou-se a Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem – EOCA deverá ser um instrumento simples, porém rico em seus resultados. Consiste em solicitar ao sujeito que mostre ao entrevistador o que ele sabe fazer, o que lhe ensinaram a fazer e o que aprendeu a fazer, utilizando-se de materiais dispostos sobre a mesa, após a seguinte observação do entrevistador: "este material é para que você o use se precisar para mostrar-me o que te falei que queria saber de você" (VISCA, 1987, p. 72). Com o intuito de estudar as manifestações cognitivas afetivas de conduta que podem estar interferindo em seu processo de aprendizagem, utilizo o recurso de avaliação diagnóstica, formulada pelo professor argentino Jorge Visca.

No primeiro momento foi explicado a ele o que seria feito, deixei sobre a mesa a caixa de lápis de cor, giz de cera, lápis, apontador, borracha e livro de historinha, tesoura, cola régua, jogo da memória e outros jogos. Em todo momento, a intenção é permitir ao sujeito construir a entrevista de maneira mais espontânea, porém dirigida de forma experimental. Interessam observar seus conhecimentos, atitudes, destrezas, mecanismos de defesa, ansiedades, áreas de expressão da conduta, níveis de operabilidade, mobilidade horizontal e vertical, Visca (1987, p.73).

Revista GepeVida 2017

O comportamento durante a aplicação do EOCA, foi de muita tranquilidade, ele demonstrou saber o que falar, como falar, parecia o tempo todo muito seguro do que estava fazendo. Foram verificados aspectos relativos a temática, a dinâmica, ao produto, a dimensão afetiva e cognitiva do avaliado. Durante o EOCA, foram observados três aspectos: a *temática*, tudo o que o sujeito dizia e a sua conduta diante das perguntas. A *dinâmica*, tudo o que o sujeito fazia que não estivesse ligado ao verbal, observando o tom de voz, gestos, postura corporal e etc. O *produto*, sendo o resultado o deixado plasmado no papel. Estes três níveis de observação deu início ao sistema de hipóteses, apoiado aos sintomas e as prováveis causas que provocaram as dificuldades relatadas na queixa inicial.

A partir das concepções do primeiro sistema de hipótese verificou-se a necessidade de utilizar o desenho como instrumento de diagnóstico e avaliação. As concepções relativas à infância modificaram-se progressivamente: a criança não é mais aquela maquete do adulto, aquele adulto miniaturizado que queriam ver nela. As descobertas de leis próprias da psique infantil, a demonstração da originalidade de seu desenvolvimento, levaram a admitir a especificação desse universo (Mèredieu, 2006 p.3).

O desenho utilizado para manifestar a expressão da personalidade como um todo. Signo, traço, índice de uma realidade psíquica não imediatamente acessível, o desenho torna-se objeto de uma interpretação, pois o que importa não é mais o grafismo propriamente dito, mas o que ele designa o sentido a que remete. Há diferentes aspectos a considerar. Podendo ser estudada a maneira como a criança utiliza linhas e formas, o modo de distribuição do espaço, a escolha da cor. Todas estas características têm valor expressivo e traduzem de maneira específica o estado emocional da criança. (Mèredieu, 2006 p.62).

No levantamento da hipótese a utilização do desenho leva a análise da inteligência e da personalidade, pressupondo a existência de um tipo de grafismo próprio para cada idade, utilizadas para determinar o grau de “maturação” intelectual. Na análise da personalidade observou-se o valor projetivo do desenho, uma vez que o desenho é reconhecido como espelho e reflexo de toda personalidade. Sendo a finalidade do desenho da família é descrever e especificar os conteúdos evocados quanto às suas imagens familiares, na medida em que não se pode somente pensar que estas imagens são conflitosas, apreciar a natureza e a intensidade dos conflitos

implicados, em especial apreciar se estes podem se reduzir a uma fase evolutiva normal ou se apresentam um caráter patológico.

Através do desenho encontra-se em muitos momentos o cerne das representações imaginativas do sujeito, de sua afetividade, de seu comportamento interior e de seu simbolismo, servindo para a orientação das conversas com a criança, depois de termos tacitamente compreendidos. (Mèredieu, 2006 p.77).

A utilização do Diagnóstico Operatório verifica as implicações posteriores das atividades no jogo da imitação o que leva à constituição de símbolos e imagens. Neste momento foi importante verificar e descobrir se a criança passou pelo processo de assimilação e acomodação de acordo com o seu nível de desenvolvimento, ou seja, a oportunidade que a criança teve de investigar e para modificar modelos estabelecidos de aprendizagem.

Desde o nascimento até sua morte, as pessoas não deixam de comportar-se; não obstante que nem toda conduta seja aprendizagem, embora toda aprendizagem seja uma conduta. A aprendizagem é um fenômeno que se opera no nível de integração psicológica, mas apresenta diferenças com relação à conduta, dado que esta não precisa cumprir com o requisito de estabilização que é o próprio da aprendizagem. (VISCA 2000, p. 75)

Segundo Jorge Visca, o processo de estabilização acontece quando as condutas adquirem todos os níveis de organização que são denominadas como: protoaprendizagem, a dêutero-aprendizagem, aprendizagem assistemática e aprendizagem sistemática.

Protoaprendizagem, quando as primeiras relações vinculares que se estruturam na criança estão relacionadas com sua mãe, esta relação denomina estruturas de personalidade.

No nível seguinte temos a dêutero-aprendizagem, que denomina a concepção do mundo e da vida, a criança se configura pela interação com seu grupo familiar e todos que moram na sua casa. Neste momento a organização estrutural é determinada pelas projeções, como resultado do jogo inter-relacionado de identificações com os diferentes membros dessa pequena comunidade em que essa criança convive. Tudo vai influir para que a criança configure seu estilo de aprender a aprender.

Revista GepeVida 2017

Cabe destacar que a cada novo nível de organização subsiste no seguinte, da mesma maneira que não desaparecem as assimilações biológicas, tão pouco desaparece os intercâmbios afetivos. Na aprendizagem assistemática se constrói pela interação da criança que atingiu o nível dêutero-aprendizagem com a comunidade vizinha. Este termo não faz alusão a uma falta de sistema, a criança neste momento coloca em prática para a sociedade aquilo que adquiriu nas duas primeiras organizações.

A aprendizagem sistemática é aquela que se opera pela interação com as instituições educativas mediadoras da sociedade, órgãos especializados para transmitir o conhecimento, atitudes e destrezas que a sociedade estima necessárias para sua sobrevivência, capazes de manter uma relação equilibrada entre identidade e a mudança. (Visca 2000, p.78)

Portanto, segundo Visca, destacamos a aprendizagem como uma variável dependente dos aspectos estruturais e energéticos, os quais se tematizam. Implica também a tematização dos investimentos e das estruturas energéticas positivas e negativas, sendo o resultado de uma cuidadosa seleção dos bens culturais que se transformaram em bens pedagógicos ou objetos com os quais interagirá o educando.

É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu. (WEISS, 2012, p.75)

Segundo Weiss, no diagnóstico, o uso de situações lúdicas centradas na aprendizagem é mais uma possibilidade de se compreender, basicamente, o funcionamento dos processos cognitivos e afetivos sociais em suas interferências mútuas, no Modelo de Aprendizagem. Que é o conjunto dinâmico que estrutura os conhecimentos que o sujeito já possui os estilos usados nessa aprendizagem, o ritmo e as áreas de expressão da conduta, a mobilidade e o funcionamento cognitivos, as modalidades de aprendizagem assimilativa e acomodativa e suas distorções, os hábitos adquiridos, as motivações presentes, as ansiedades, defesas e conflitos em relação ao aprender, as relações vinculares com o conhecimento em geral e com os objetos de conhecimento escolar, em particular, o significado da aprendizagem escolar para o sujeito, sua família e a escola. (Weiss 2012, p.35-36)

Revista GepeVida 2017

O uso de testes e provas não é indispensável num diagnóstico psicopedagógico. Ele representa mais um recurso a ser explorado, é uma complementação que funciona com situações estimuladoras que provocam reações variadas, às vezes intensas, em pouco espaço de tempo. Por essa razão, considero que não existe nenhuma bateria ideal de testes. Os testes e provas são selecionados de acordo com as necessidades surgidas em função de hipóteses expostas nas sessões. (Weiss, 2012, p. 105)

Diante de um diagnóstico feito, observamos algumas dificuldades no aluno, dentre elas: a de socialização por não compreender e seguir regras estabelecidas no grupo, dificuldades em entender que desconhece regras e interpreta erroneamente e precisa interagir com outros para que ocorra a maturação do pensamento. A família precisa ensinar o que é necessário, não fazer por ele, precisa aprender a aceitar as suas limitações e apoiar-lo, não somente exigir resultados. Ensinar a ter autonomia em tudo o que ele for fazer, sabendo que ser bem sucedido em suas atividades diárias serve para seu crescimento e não para outros. Deverá construir sua autoimagem positiva e sem as exigências de somente mostrar resultados quantitativos. Entender que os melhores resultados são os qualitativos e a felicidade em realizá-los.

Será necessário trabalhar atividades dirigidas e bem selecionadas, principalmente porque ele já estabeleceu alguns paradigmas que deverão ser mudados, percebendo que são necessárias mudanças de atitudes. E que neste momento a família deixe um profissional direcionar as aprendizagens. Através do processo de ensino e aprendizagem, com métodos lúdicos e psicopedagógicos de intervenção nas suas limitações. Deixando de focar o que ele não sabe, para potencializar as suas competências e habilidades.

Tendo em vista os resultados do diagnóstico, que foi a primeira etapa, precisa-se definir um plano de conservação da aprendizagem. Isso quer dizer maturação em conservação, isto é, a criança aprenderá este conceito quando suas estruturas cognitivas estiverem suficientemente maduras. Precisa fazer um esforço para conciliar o que aprendeu em casa e aquilo que outras pessoas dizem, para chegar a conclusão de que não existe um único padrão imutável e absoluto de moralidade, mas que os indivíduos podem formular seus próprios códigos do certo e do errado. Ele decide que regra vai seguir e está a caminho de formular seu próprio código. De acordo com a abordagem do

Revista GepeVida 2017

desenvolvimento cognitivo ao pensar moral, a verdadeira moralidade está em consonância com a verdadeira maturidade cognitiva.

Ao trabalhar a construção dessas competências, acreditar-se-á que o aluno será capaz, ao longo do desenvolvimento do trabalho, de identificar os diferentes contextos bem como seus usos sociais e culturais. Esse projeto será mais um passo dado em prol do aluno, evitando principalmente que ele perca o estímulo na sala de aula. Dessa forma, acredita-se que haverá uma melhora substancial nas suas atividades cotidianas e, conseqüentemente, melhor resultados nos estudos, de modo geral.

As sessões ocorreram sempre de forma tranquila e com intensa participação do aluno. Desde a primeira sessão demonstrou saber os passos de tudo que aconteceria e como procederia, a escolha dos jogos dos materiais sempre realizados com muito cuidado e atenção. Falava muito em todas as sessões, em alguns momentos foi necessário o pedido de concentração no que estava realizando, feita de forma mediativa para não interferir na avaliação.

Demonstrou muita insegurança na realização dos desenhos, percebia que a intenção inicial foi uma e ele foi mudando de acordo com os traços realizados. Na finalização do desenho não expos nenhum sentimento de alegria ao realizar a atividade. Quando houve o elogio por parte do avaliador, o aluno expressou uma pequena fala: “Até que ficou bonito!”.

Nas questões pedagógicas apresentou boa fluência na leitura, com entonação e apresentou uma boa interpretação e memória dos fatos ocorridos na história. Fez comentários sobre o que lia durante sua leitura, em muitos momentos não empregava a pontuação. Voltava a leitura quando não compreendia algo. Conseguiu fazer o comentário referente a intenção do escritor entendendo todo o enredo do livro. O livro era baseado em contos africanos.

Soube identificar as posições diagonal, horizontal, vertical, atrás, frente e ao lado. Houve a necessidade de sinalizar o tempo restante para a realização das atividades, pois percebia uma falta de motivação para concluir por sua vontade.

Na avaliação sobre normas ortográficas, soube identificar e aplicar em todas as propostas. Nas atividades de escrita, apresentou muitos erros ortográficos. Na questões matemáticas soube resolver cálculos de adição, subtração, multiplicação e apresentou dificuldades na divisão, possui raciocínio lógico matemático. Fez cálculo mental,

Revista GepeVida 2017

interpretou situações problemas abaixo do seu nível de escolarização. Demonstrava sempre muita preocupação se aquelas atividades valeriam nota. Demonstrava muita angústia em relação a necessidade de acertar, fazer o certo.

Na primeira sessão houve uma situação no jogo de UNO que o aluno dizia que sabia as regras e como havia pedido para ensinar, ele usou de diferentes formas, a tentativa de trapacear e tirar vantagens. Na última sessão realizada, trouxe a regra do jogo e pediu para o aluno ler em voz alta e comentei que havia estudado e que estava sabendo das regras estabelecidas pelo jogo. Continuou querendo fazer da sua maneira, tirando vantagem para si. Houve a necessidade de intervenções sobre a questão de seguir regras e normas. A questão da personalidade moral que norteou algumas indagações sobre o ato de aprender.

Segundo Hélène Trocmé- Fabre em seu livro Reinventar o Ofício de Aprender ela cita que as pessoas de cultura “ocidental”, a ação de aprender foi muito tempo confiscada pela Escola e o mundo educativo. Mas, essa ação pertence, antes de tudo , à Vida. O ato de aprender é um ato neurocultural. Ele deve ser lido em sua dimensão plural: biológica, antropológica, social e política. Para os autores do mundo educativo, alunos, professores, responsáveis institucionais, pais, políticos e outros, se posicionam numa relação única de instrução e de imposição. O saber é implicitamente considerado com uma entidade existindo por si mesma, e que pode ser tomada, transmitida tal qual, esperando que aquele que consideramos como destinatário seja receptivo. Essa concepção do saber e da informação leva diretamente ao atual sistema quantitativo de avaliação de resultados. Aprender é um processo de criação de laços em nossa vida mental, afetiva , sensoriomotor, neurológica. Esses laços são, fundamentalmente, complexos, transitórios, adaptáveis, dinâmicos, heurísticos. Muitos fatores entram em jogo fazendo da aprendizagem algo difícil, considerada mesmo como impossível pelos alunos, adolescentes ou jovens adultos. Os neurofisiologista e os sistemistas afirmam atualmente que todo organismo vivo é por natureza, “aprendente”. Então, é possível deduzir que um organismo que não aprende é um organismo que crê não poder mais aprender. Enfraquecido, decepcionado, paralizado pelo medo do fracasso, pela angústia do “não ser bem sucedido”, pela tristeza e pela decepção, o organismo aprende a se ver como incapaz de aprender. Como consequência, ele não pode mais se regular, adaptar-se ou evoluir. Essa situação, sinônimo de detenção e encarceramento, provoca um

verdadeiro sofrimento cognitivo. Esse sofrimento é a causa de uma grande violência, uma violência dissimulada, quase imperceptível, de origem múltipla, mas que se exerce de maneira subterrânea, minando as situações educativas aparentemente “normais”, ou seja, culturalmente admitidas. Essa violência é praticada cada vez que o indivíduo vai contra as leis do vivente e, sobretudo, quando um organismo vivo é impedido de ser o portador de seu próprio potencial de evolução, de transformação, de adaptação e, portanto, de aprendizagem. Na verdade, a forma mais insidiosa de inércia, a mais destruidora, é a falta de atividade cognitiva.

Considerações finais

Ao finalizar este trabalho, apoio a ideia de Jean Piaget, que o despertar da sensibilidade moral nas crianças e o desenvolvimento de valores morais são um processo racional que coincide com o desenvolvimento cognitivo. Sob esta óptica, às crianças não podem fazer julgamentos morais enquanto não atingirem certo nível de maturidade cognitiva, o que acarreta o abandono do pensar egocêntrico. Elas atingem esta maturidade cognitiva em parte através do processo normal de maturação, mas principalmente em consequência da interação com seus pares e com adultos. “Piaget (1932/1994) rejeitou perspectivas que propagavam que os valores morais são diretamente introjetados pelas pessoas, e que o papel dos pais e professores deve ser o de ensinar às crianças noções como certo e errado, justo e injusto através de métodos baseados unicamente na coerção, imposição de normas e valores ou utilização de reforços e punições. Ele concebia que as interações sociais têm um papel muito importante para o desenvolvimento da consciência moral autônoma, por oferecer oportunidades para que os sujeitos se descentrem cognitivamente e sejam capazes de enxergar a realidade a partir dos pontos de vista de outras pessoas. Nesse sentido, as interações sociais são essenciais para o desenvolvimento moral, desde que as partes envolvidas sejam tratadas igualmente, que se reconheçam como dignas de serem respeitadas e se sintam comprometidas com o respeito às opiniões e valores dos outros.” (Sampaio, 2007, p. 586)

Chegamos à conclusão de que não existe um único padrão imutável e absoluto de moralidade, mas que os indivíduos podem formular seus próprios códigos de certo e errado baseado como aprendeu e entendeu para si. Todos os indivíduos passam através

dos mesmos estágios e na mesma ordem, ainda que a ocasião real possa variar de uma pessoa para outra, tornando cada demarcação etária apenas aproximada; cada estágio se apoia no que passou anteriormente e constrói o fundamento para o que vem a seguir. (Papalia, 1981, p.11)

Entendendo que o Modelo de Aprendizagem é um conjunto dinâmico que estrutura os conhecimentos que o sujeito já possui os estilos usados nessa aprendizagem. O ritmo e as áreas de expressão da conduta, a mobilidade e o funcionamento cognitivo, as modalidades de aprendizagem assimilativa, os hábitos adquiridos, as motivações presentes, as ansiedades, defesas e conflitos em relação ao aprender, as relações vinculares com o conhecimento em geral e com os objetos de conhecimento escolar, em particular, e o significado da aprendizagem escolar para o sujeito, sua família e a escola. (Weiss, 2012, p. 35 e 36)

O processo de aprendizagem pode ser prazeroso, eficaz e positivo, mas, por outro lado, o inverso pode ocorrer, e o aprender torna-se uma dificuldade e um desprazer. É precisamente pela aprendizagem que o ser humano se constrói, por isso em muitos momentos o papel do psicopedagogo é tão importante, ele busca junto com seu aluno construir uma nova possibilidade de aprendizado e de conquistas.

Referências

- ACAMPORA, Bianca. *Psicopedagogia Clínica: o despertar das potencialidades*. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.
- MÈREDIEU, Florence de. *O desenho infantil*; tradução de Álvaro Lorencini, Sandra M. Nitrini. 11. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- PAPALIA, Diane E. *O Mundo da Criança: a Infância à Adolescência* / Diane E. Papalia, Sally Wendkos Olds; tradução de Auriphedo Berrance Simões; revisão técnica Maria Célia T. Azevedo de Abreu. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.
- PIAGET, Jean. *A representação do mundo na criança: com o concurso de onze colaboradores*/ Jean Piaget; tradução Adail Ubirajara Sobral (colaboração de Maria Stela Gonçalves). – Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.
- PSICOPEDAGOGIA: contextualização, formação e atualização profissional* / Org. Beatriz Judith Lima Scoz... / et al./ Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- TROCMÉ-FABRE, Hélène. *Nascemos para aprender*; tradução de Wanda Maria Maranhão Costa. – São Paulo: TRIOM, 2006.
- TROCMÉ-FABRE, Hélène. *Reinventar: o ofício de aprender: o único ofício sustentável atualmente*; tradução Mara Welferinger; ilustrações de Thierry Huort. – 1 ed. – São Paulo: TRIOM, 2010.

Revista GepeVida 2017

VISCA, Jorge. Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente. Tradução de Ana Lúcia E. dos Santos. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. 14 ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

SAMPAIO, Leonardo Rodrigues. A Psicologia e a Educação Moral. Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal Do Vale Do São Francisco – UNIVASF. Campus Petrolina. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a02>
Acesso em 10 de novembro de 2016.